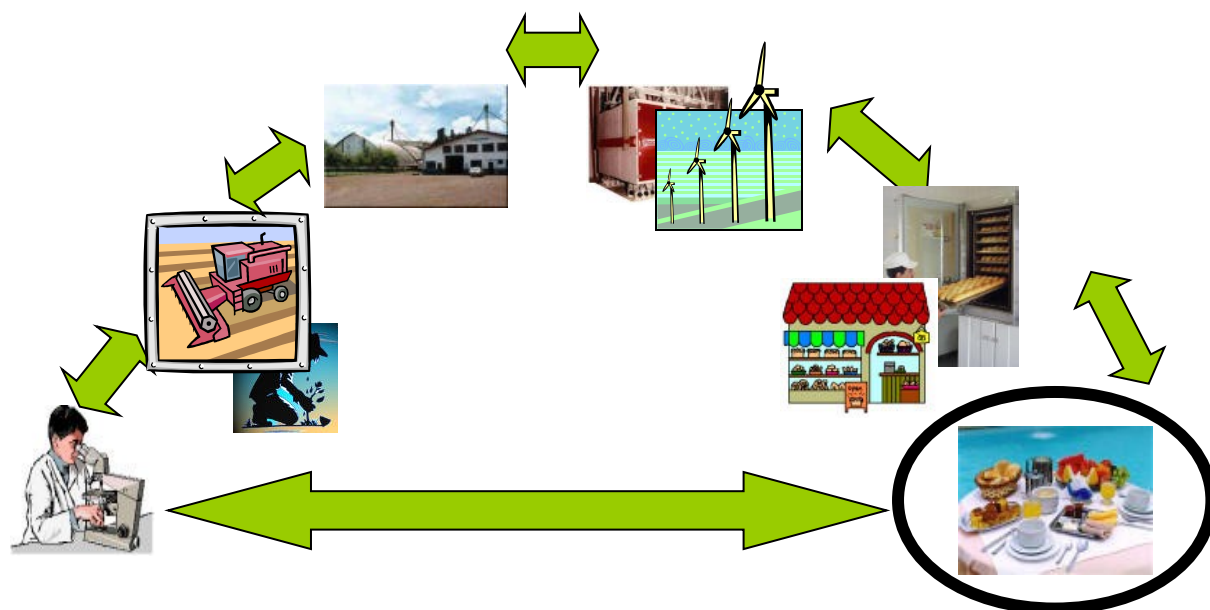


SEGREGAÇÃO E OPORTUNIDADES DE COMERCIALIZIZAÇÃO DE TRIGO NO BRASIL E NO EXTERIOR

Este é um tema que muito tem sido discutido ao longo da última década, porém sem muitas ações conclusivas que diminuam os gargalos que impedem o avanço e desenvolvimento de toda a cadeia produtiva do trigo no Brasil, país cuja estrutura de armazenagem de grãos é formada em sua maioria por silos ou graneleiros com células de alta capacidade que impossibilita a realização de uma boa segregação qualitativa da produção, haja vista possuir o Estado do Rio Grande do Sul um grande número de variedades de trigo e com grande diversidade qualitativa, o que por si só torna impraticável qualquer tipo de segregação diante da estrutura de armazenagem a que nos referimos. Todo este quadro nos remete a uma reflexão sobre o atual sistema de produção de trigo no Estado do Rio Grande do Sul, apesar de que nos demais Estados a situação não é muito diferente, com exceção do Estado do Paraná, que vem se diferenciando dos demais pelos critérios que tem adotado quanto aos grupos de variedades cultivadas.

O Brasil vem buscando o desenvolvimento de sua agricultura para que seja uma das melhores e mais bem tecnificadas do mundo, já mostrando ser competitiva no mercado internacional mesmo diante dos generosos subsídios agrícolas concedidos pelos países ricos, como Estados Unidos e União Européia, porém possuímos hoje um dos piores sistemas de produção de trigo do mundo, conforme demonstra o quadro abaixo, onde os integrantes de parte dos segmentos que forma esta cadeia produtiva estão com as atenções voltadas para seus interesses particulares, cuja consequência final é a falta de liquidez para grande parte do trigo produzido, sendo mais crítica e caótica exatamente no Estado do Rio Grande do Sul, segundo colocado em volume de produção dentre os demais Estados brasileiros, com 2,2 milhões de toneladas na safra 2009.



À primeira vista os integrantes da cadeia produtiva do trigo demonstrados no quadro acima estão em uma seqüência lógica, porém nem todos conseguem focar seu trabalho nas necessidades daquele que banca e sustenta todos os envolvidos nesta cadeia produtiva, o CONSUMIDOR FINAL, para o qual muito bem tem atentado as indústrias de transformação que tem trabalhado na busca de um produto que atenda as necessidades e exigências do seu cliente, onde as indústrias de moagem inseridas neste contexto, pelas facilidades que tem na aquisição de matéria prima, seja ela nacional ou importada, busca sempre a aquisição daquela matéria prima que melhor lhe atenda com o melhor custo/benefício, seguindo assim por todas as etapas posteriores porque atender ao consumidor final é meta de todos. Por outro lado ao analisarmos as fases anteriores que compõem a produção do trigo brasileiro, onde focamos mais especificamente a produção gaúcha, com três fases distintas: pesquisa, produção e armazenagem, três segmentos sem muita interação principalmente com os demais segmentos da cadeia que lhes sucedem, onde se trabalha de forma desordenada e desorganizada, às vezes entre os integrantes de um mesmo segmento, como é o caso do segmento representado pela pesquisa, um dos mais importantes segmentos da produção, pois sem evolução tecnológica neste setor seria muito difícil promover a viabilização econômica da produção, seja qual for o produto e este papel a pesquisa tem cumprido bem no Brasil, quanto se volta principalmente para a questão da produtividade, porém a cada novo ano são lançados no mercado materiais com os mais variados padrões de qualidade, por sua vez cada produtor escolhe aqueles que mais lhe interessa, visando principalmente a produtividade, resistência e sanidade, se preocupando com o fator qualitativo normalmente apenas o produtor mais estruturado que comercializa sua própria produção ou aqueles produtores que possui uma maior interação com seu armazenador, onde juntos procuram produzir a partir de materiais capazes de viabilizar sua produção quanto aos aspectos agrônômicos e que apresentam uma boa liquidez comercial, pois de nada adiantará o produtor optar por um material que lhe seja viável e interessante quanto aos aspectos agrônômicos se comercialmente não apresenta uma liquidez satisfatória, como um material extremamente interessante qualitativamente para a indústria não ocupará espaço na produção se não oferecer viabilidade econômica do ponto de vista agrônômico para o produtor.

Toda produção é então canalizada para a estrutura de armazenagem em que abordamos no início, onde normalmente já existe a dificuldade de segregação pela qualificação física da produção recebida, como exemplo um produto recebido antes e depois de alguma chuva ou com outras características físicas divergentes, havendo necessidade do comerciante, produtor ou cooperativa misturar a produção dos mais diferentes materiais, proporcionando ao lote armazenado qualidade desuniforme e conseqüentemente dificuldade de comercialização, não sendo obviamente isto o único responsável pelas dificuldades que produtores, comerciantes e cooperativas muitas vezes encontram na comercialização da produção recebida, mas é sem dúvida um dos fatores que mais pesa.

Em uma pré-reclassificação já realizada das variedades com produção de semente no Estado do Rio Grande do Sul, onde não levamos em conta a Instrução Normativa número 7 de 15/08/2001 do MAPA por ser um instrumento ineficaz e por não conseguir expressar os parâmetros qualitativos exigidos para cada uma das classes ali estabelecidas, apresentamos os seguintes resultados:

TRIGO PÃO CLARO, grupo composto por 04 materiais, excelente liquidez comercial e representa 23% de toda semente produzida no Estado do Rio Grande do Sul na safra 2009.

TRIGO PÃO ESCURO, grupo composto por 05 materiais, trigo de alta força de glúten, mas que proporciona uma farinha mais escura, tem boa liquidez comercial e representa 20% das sementes.

TRIGO DOMÉSTICO, grupo composto por dois materiais, trigo adequado para produção de farinha doméstica, pouca liquidez comercial e representa 8% das sementes.

TRIGO BRANDO, grupo composto por 05 materiais, dos quais apenas 02 na produção de sementes, materiais genuinamente brandos, excelente liquidez comercial desde que produzidos até o limite do consumo, representa hoje 0,11% das sementes.

TRIGO DESCLASSIFICADO, em sua maioria composto por materiais oficialmente da classe brando, porém que não apresentam as características essenciais de um trigo brando, há variedades que não atendem à própria concepção da palavra, ou seja, trigo duro sendo classificado de brando, as quais representam 45% das sementes.

EM AVALIAÇÃO, são 12 materiais ainda em avaliação que representam 4% das sementes.

Está muito fácil organizar a produção de trigo no Estado do Rio Grande do Sul, haja vista que 43% de toda semente produzida no RS possui de boa à excelente liquidez comercial no mercado interno, enquanto 45% está composta por variedades desclassificadas por não apresentar a qualidade necessária que proporcione sua utilização no mercado de panificação, farinha doméstica e biscoito, destas 38% são representadas por quatro variedades de mesma base genética, por serem filhos de mesmo cruzamento, como não há estrutura de armazenagem para segregar o trigo por grupos de variedades, grande parte da produção oriunda de variedades de classes diferentes acaba por ser armazenada sem nenhuma segregação, cuja consequência já falamos a respeito.

Destacamos a existência hoje de excelentes oportunidades de negócio para o trigo brando no mercado interno, há empresa importando farinha de trigo brando por não conseguir quantidade e qualidade dos seus fornecedores de farinha de trigo aqui no Brasil, mesmo pagando pelo trigo brando o preço pago pelo trigo pão há moinhos com dificuldades em atender seus contratos com importantes indústrias de biscoito, bem como para o mercado de panificação, que pela falta de produto com padrão de qualidade que atenda as necessidades deste segmento do mercado abre espaço para o trigo importado até então oriundo do Paraguai, Argentina e Uruguai. No cenário internacional temos um ano com mercado bastante retraído e após as decepções dos importadores com o trigo gaúcho na safra 2007 pela baixa qualidade do produto (principalmente força de glúten e estabilidade) em comparação à qualidade obtida em anos anteriores, mesmo com os leilões de PEP houve dificuldades na implementação de novos negócios, mercado este que precisa ser desenvolvido diante do excedente de produção e dificuldade que se tem na comercialização com outros estados brasileiros por conta das divergências tributárias existentes.

Diante da falta de uma melhor interação entre os setores de pesquisa, produção e armazenagem, de forma que se possa contemplar a viabilidade econômica da produção e atender aos aspectos quantitativos e principalmente qualitativos necessários aos segmentos posteriores integrantes da cadeia, sugerimos que se estabeleça uma regionalização do plantio de trigo, mediante reestruturação do sistema de produção nos seguintes aspectos:

Criar um “CONSELHO REGULADOR DA PRODUÇÃO DO TRIGO GAÚCHO” formado pelos setores de pesquisa, da produção (comercial, produção de sementes e assistência técnica) e governo, com o objetivo de:

- Determinar duas identidades para o trigo gaúcho, sendo uma para panificação e outra para biscoito (trigo pão e trigo brando);
- De conformidade com nível tecnológico aplicado na produção, clima e solo de cada região, determinar as regiões do Estado com as melhores características para produção do trigo pão e trigo brando, eliminando o plantio de trigo brando em regiões de trigo pão e vice-versa;
- Promover um melhoramento genético gradual e contínuo na produção de cada região específica;
- Melhorar o nível de comunicação entre a pesquisa, produção e comercialização, no que se refere aos parâmetros para determinação das classes pão e brando.
- Estabelecer um programa para avaliação da liquidez comercial de cada variedade, enquanto a mesma esteja sendo avaliada nas questões técnicas de produção;
- Buscar juntamente com a comercialização, dentre os materiais disponibilizados pela pesquisa para cada região, quais deverão ser recomendados para plantio, em cada região específica;
- Não disponibilizar variedades com qualidades industriais divergentes entre si, para plantio em uma mesma região;
- Definir critérios e parâmetros para reclassificação das variedades existentes e classificação das variedades a serem lançadas pelas empresas de pesquisa, bem como a desclassificação de variedades que não estejam mais atendendo aos objetivos propostos;
- Fora do programa estabelecido pela regionalização do plantio de trigo, não proporcionar acesso do produtor ao financiamento do custeio e seguro, não se tratando de proibir o produtor que é livre para plantar o que quer onde quiser, porém sem envolvimento de recursos públicos.

Considerações e proposições de autoria de Antonio Cardoso Garcia, operador de mercado da JF Corretora.